

Protesto realizado em 5 de junho de 2020 em São Gonçalo, Brasil, em reação às mortes de George Floyd e João Pedro, um jovem morto pela polícia brasileira. Foto de Buda Mendes/Getty Images



RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DA SOCIEDADE CIVIL 2021

PANORAMA

SOBRE ESTE RELATÓRIO

A cada ano, a CIVICUS publica o Relatório sobre o Estado da Sociedade Civil para analisar como eventos e tendências contemporâneos estão impactando a sociedade civil e como ela está respondendo às principais questões e problemas da atualidade. Esta é a 10ª edição do nosso relatório, focalizando a ação da sociedade civil e os desenvolvimentos que a afetaram em 2020, olhando para mais de 10 anos de atividade da sociedade civil e destacando ideias-chave para ação nessa esfera em 2021 e adiante.

Nosso relatório é da sociedade civil, feito por e para ela, extraído de numerosas entrevistas em profundidade e consultas on-line com ativistas, líderes e especialistas, e outras pessoas próximas às principais histórias do ano. Nosso relatório de 2021 também se baseia em informações do programa contínuo de pesquisa, análise e advocacy da CIVICUS e no trabalho de nossos membros, redes e parceiros, particularmente o **CIVICUS Monitor**⁷, nossa plataforma on-line que acompanha as condições do espaço cívico em 196 países. Contra o pano de fundo da pandemia, nosso relatório cobre cinco áreas-chave de ação da sociedade civil durante o ano de 2020:

- A luta global pela justiça racial
- Desafiar a exclusão e reivindicar direitos
- Exigências de justiça econômica e ambiental
- Democracia sob a pandemia
- A sociedade civil na arena internacional

DATA DE PUBLICAÇÃO: MAIO DE 2021



Manifestação contra a Lei de Segurança Nacional no Distrito 3 de Mongkok, Hong Kong, em 27 de maio de 2020. Foto de Billy H.C. Kwok/Getty Images



ÍNDICE

- 4 | **PREFÁCIO**
- 5 | **PANORAMA**
- 12 | **10 ANOS,
10 TENDÊNCIAS**
- 17 | **CRÉDITOS**

EQUIPE EDITORIAL E DE PESQUISA

Andrew Firmin, Inés M. Pousadela, Mandeep Tiwana

COLABORADORES DA CIVICUS

Cathryn Archibald, Amal Atrakouti, Anna Avagyan, Josef Benedict, Clara Bosco, Patricia Deniz, Ana Paula García, Mouna Ben Garga, Tor Hodenfield, David Kode, Débora Leão, Lisa Majumdar, Aisha Mugo, Paul Mulindwa, Aarti Narsee, Masana Ndinga-Kanga, Elisa Novoa, Carolina Vega Rivas, Susan Wilding

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Kgalalelo Gaebee, Thapelo Masiwa, Lerato Pagiwa, Silvia Puerto Aboy, Matthew Reading Smith, Nina Teggarty, Deborah Walter

TRADUTORES

Walter Aguayo, Renato Barreto, Samia Diri, Bouchra Laghzali, Nora Sicard

DESIGNERS

Diego March Ávila, Juliana Pecollo

PREFÁCIO

LYSA JOHN, SECRETÁRIA-GERAL DA CIVICUS

Muita coisa aconteceu nos 10 anos desde que a CIVICUS publicou nosso primeiro Relatório sobre o Estado da Sociedade Civil. Grandes ondas de protestos se espalharam por todos os continentes habitados, à medida que as pessoas se elevavam em grande número para exigir democracia e direitos humanos. Como resultado, ditadores há muito tempo no poder foram derrubados em países como Sudão e Tunísia. Movimentos sob bandeiras como Black Lives Matter (Vidas Negras Importam), Me Too (Eu Também) e Ni Una Menos (Nenhuma a Menos) se ondularam pelo mundo para desafiar a exclusão arraigada e exigir um ajuste radical de contas com o racismo sistêmico e o patriarcado. Esses movimentos alteraram o discurso e mudaram as prioridades políticas, da mesma forma que os movimentos climáticos juvenis – por meio de protestos em massa e ações individuais diretas – ganharam o reconhecimento de que a mudança climática é uma crise e que ações urgentes são necessárias.

Nossos sucessos nos colocaram na linha de fogo. Nos últimos 10 anos, as exigências das pessoas por mudança sofreram um retrocesso considerável. Globalmente, as condições do espaço cívico sem dúvida se deterioraram durante esse período, com mais grupos estatais e não estatais se juntando ao ataque às liberdades cívicas e aperfeiçoando suas táticas. Em muitos países, forças perturbadoras do nacionalismo e do populismo ressurgiram, alimentando inimizades, atingindo direitos e atacando grupos excluídos. A desinformação difundida pelas mídias sociais tornou-se parte do ar que respiramos. As instituições internacionais, a quem procuramos para defender os direitos, têm sido cada vez mais atacadas e minadas por Estados desonestos.

Os 10 anos cobertos por esta série de relatórios foram, em suma, um período de grande contestação entre as forças da sociedade civil, em busca de direitos humanos, liberdades democráticas e justiça social, e aqueles determinados a detê-las. Os avanços, onde quer que tenham sido conquistados, foram enfrentados com boicote, mas o poder da ação coletiva foi comprovado. Nas páginas deste relatório você encontrará muitos exemplos de lutas da sociedade civil que estão causando

impactos e sucessos que se concretizaram depois de ação comprometida, ano após ano, da sociedade civil.

Nosso relatório também faz uma retrospectiva de um ano como nenhum outro. Quando a pandemia chegou, ela expôs e intensificou as falhas existentes e mostrou até onde ainda temos que ir para construir um mundo que funcione sem distinções, no qual os direitos de todas as pessoas sejam assegurados, as necessidades fundamentais de todas as pessoas sejam garantidas e as vozes de todas as pessoas possam ser ouvidas. Onde precisávamos de cooperação e internacionalismo, obtivemos fragmentação e estreito interesse nacional. Os Estados que já tinham prática no ataque aos direitos intensificaram a repressão, aplicando abordagens de punição imediata para controlar o vírus e monopolizar o fluxo de informações. A sociedade civil foi alvo das novas restrições introduzidas que muitas vezes foram muito além do que poderia ser justificado em relação à pandemia e ameaçam durar mais do que ela.



Mas a pandemia também mostrou por que precisamos de uma sociedade civil diversificada, capacitada e ativa, já que ela esteve na vanguarda da mobilização da compaixão e da prática dos valores humanitários para fornecer ajuda prática, compartilhar informações vitais e responsabilizar os Estados pelas decisões que tomavam. Após a pandemia, não deverá haver mais discussão sobre por que o mundo precisa da sociedade civil. Enquanto procurarmos reconstruir nossas sociedades assim que a pandemia estiver terminada, o empurrão deve ser dado para tornar nossas sociedades mais justas, inclusivas e mais verdes. Essa mudança só pode surgir trabalhando com a sociedade civil e assegurando as condições nas quais ela seja livre para agir.

Diante de grandes desigualdades, o otimismo é a superpotência da sociedade civil. Espero que as futuras edições deste relatório sejam capazes de observar em retrospecto mudanças ainda maiores que vieram como resultado da ação da sociedade civil.

PANORAMA

2020: UM ANO COMO NENHUM OUTRO

Este relatório faz uma retrospectiva de um ano como nenhum outro. Globalmente, foi um ano de crise sem precedentes em nossa memória viva. Para muitas pessoas, a pandemia significou viver com uma nova fonte de medo, incerteza e insegurança, além das dificuldades diárias que a maioria já enfrentava. A crise se estendeu e aprofundou problemas sociais existentes. Aqueles que menos possuíam economicamente foram os que mais sofreram. Os grupos excluídos foram os que mais lutaram para se manterem seguros, ter acesso a tratamentos e obter seu sustento. A pandemia apresentou um novo desafio para a sociedade civil, já envolvida em múltiplas lutas e batalhando contra uma barragem de restrições em muitos países.



Manifestantes exigem produção e disponibilidade de vacinas gratuitas para todos em frente ao Parlamento italiano em Roma, em 11 de março de 2021. Foto de Stefano Montesi/Corbis via Getty Images

MUITOS ESTADOS FALHAM NO TESTE PANDÊMICO

A pandemia ofereceu um teste de estresse para as instituições políticas, e a maioria foi considerada insuficiente. A inadequação de muitos sistemas de saúde e assistência social foi revelada, e as formas pelas quais as economias não funcionam para muitas pessoas foram mais uma vez demonstradas. O mundo não estava pronto: a cooperação internacional era necessária para responder a um desafio global, mas faltou à medida que os governos afirmavam estreito interesse próprio, dando luz à prática funesta do nacionalismo das vacinas. Vastas disparidades nas taxas de vacinação entre Estados economicamente poderosos e os demais expuseram uma realidade perigosa na qual o valor de uma vida humana depende da loteria do local de nascimento.

Estado após Estado afirmou abordagens de comando e controle verticais que pareciam demonstrar pouca confiança na sabedoria das pessoas e comunidades. O primeiro instinto de muitos presidentes e primeiros-ministros foi o de agir como se a pandemia fosse uma ameaça ao seu poder, desenvolvendo rotinas bem ensaiadas de repressão. Os Estados assumiram amplos poderes de emergência, e pelo menos alguns usaram claramente a pandemia como um pretexto para introduzir restrições de direitos que durarão muito depois que a crise tiver passado. Em uma época em que o escrutínio foi mais difícil, a suspeita era de que alguns líderes políticos estavam oportunisticamente consolidando seu poder, apressando-se através de medidas repressivas que há muito queriam desencadear.

Muitos Estados derramaram propaganda oficial e, sob a bandeira do controle de “informações falsas”, procuraram controlar o fluxo de informações, intensificando a censura e criminalizando investigações e comentários legítimos, incluindo tentativas de responsabilizá-los pelo fraco desempenho pandêmico e denúncias por parte de profissionais de saúde. A resposta habitual da China de controlar narrativas e suprimir dissensões permitiu que o vírus se tornasse pandêmico, mas o Estado não cedeu. A China esteve na linha de frente dos Estados que expandiram as práticas de vigilância e pisotearam o direito à privacidade, com base na prevenção da propagação do vírus, desenvolvendo sistemas de vigilância que provavelmente permitirão uma intrusão contínua.

Os Estados aumentaram seu poder coercitivo, liberando a aplicação violenta de restrições ao movimento e suprimindo protestos, tratando o público como alvo de medidas coercitivas em vez de parceiros para derrotar o vírus. Nas Filipinas, pessoas foram colocadas em jaulas para cães por violarem regulamentos pandêmicos. Em vários Estados do Oriente Médio e do Norte da África, incluindo Barein, Egito, Irã e Arábia Saudita, ativistas da sociedade civil presos por seu trabalho na defesa de direitos permaneceram em prisões lotadas, com maior risco de contrair o vírus e com pouca esperança de acesso a cuidados de saúde adequados. Na Argélia, o Estado libertou alguns prisioneiros por razões de segurança, mas preencheu o espaço com ativistas recentemente enviados à prisão.

Em muitos países que realizaram eleições, os candidatos em exercício aplicaram cálculos políticos estreitos e ou se apressaram em votar em condições inseguras, como em Cingapura e Sri Lanka, ou atrasaram as eleições, como na Bolívia, ou tentaram politizar a resposta pandêmica para beneficiar as campanhas de reeleição, como foi tentado na República Dominicana e na Polônia. Os partidos governantes aproveitaram a oportunidade para proibir comícios da oposição enquanto continuavam com sua própria campanha, como visto na Tanzânia e em Uganda. Onde forças populistas e nacionalistas de direita já estavam ativas, inclusive em uma faixa de países europeus, eles aproveitaram a pandemia como sua última oportunidade para semear divisão e polarização visando obter vantagem política, politizando questões como o uso de máscaras e vacinação, pouco importando que sua desinformação custasse vidas.

Embora o direito internacional estabeleça que quaisquer restrições introduzidas por motivos de saúde devem ser proporcionais e por tempo limitado, há uma preocupação clara de que muitos Estados foram além do necessário e que pelo menos alguns novos poderes permanecerão, particularmente onde leis de emergência foram aprovadas sem datas de expiração; a experiência passada, como a introdução de leis e práticas duradouras que prolongaram a violência estatal na sequência da atrocidade do 11 de Setembro, não é encorajadora. Não é de se admirar que, ao final do ano, cerca de **87%** da população mundial vivia em países com severas restrições de espaço cívico.

Este não foi o único modelo, e alguns Estados – notadamente Nova Zelândia, Coreia do Sul e Taiwan – mantiveram o vírus sob controle, conquistaram a confiança pública e comunicaram claramente as medidas de resposta à pandemia, ao mesmo tempo em que respeitaram amplamente os direitos e defenderam as liberdades

democráticas. Isto mostrou que o caminho de repressão tomado por muitos não era uma necessidade, mas uma escolha.

A PANDEMIA PROVA A NECESSIDADE DA SOCIEDADE CIVIL

Em condições muitas vezes difíceis e mesmo com o espaço cívico sendo ainda mais comprimido por novas medidas, a ação da sociedade civil **se intensificou**, preenchendo as lacunas deixadas pelas falhas do Estado e do mercado, fornecendo ajuda às pessoas mais necessitadas e defendendo direitos. As organizações da sociedade civil (OSC) responderam rapidamente com apoio vital, distribuindo recursos financeiros, alimentos, medicamentos e suprimentos sanitários, compartilhando informações precisas sobre o vírus e prestando serviços de saúde e atendimentos psicológicos. Quando a violência baseada em gênero disparou sob as condições de lockdown, as OSC criaram linhas de ajuda, trabalharam para fornecer espaços seguros compatíveis com a quarentena e defenderam o acesso ao sistema legal. Múltiplos novos esforços voluntários foram formados para mobilizar e compartilhar o apoio mútuo a nível comunitário e de vizinhança. As OSC trabalharam para garantir que os programas de apoio fossem administrados de forma justa e atingissem as pessoas mais excluídas e se esforçaram para enfrentar restrições excessivas do Estado, expor abusos e desafiar a impunidade. A sociedade civil esteve na vanguarda do desenvolvimento e da promoção de ideias para um mundo pós-pandêmico mais justo e sustentável.

Em todo o mundo, a sociedade civil provou seu valor e fez a diferença. A experiência das pessoas com a pandemia teria sido muito pior sem essa resposta. A lição deve ser que uma sociedade civil capacitada é uma parte vital do tecido social e uma fonte de resiliência em tempos de crise, e deve ser nutrida em vez de reprimida. A sociedade civil deve ser capacitada não apenas como um provedor vital de serviços, mas em todos os seus papéis legítimos que foram necessários sob a pandemia, inclusive para ajudar as pessoas a participar da tomada de decisões e avançar com alternativas, e para examinar as escolhas feitas pelos Estados.

MOBILIZAÇÃO – E COM SUCESSO – CONTRA AS DESIGUALDADES

Com o foco mundial na pandemia, foi mais difícil do que nunca para as pessoas fazerem ouvir suas vozes ao articularem demandas de mudança sobre problemas

políticos, econômicos e sociais que precediam a pandemia e que foram intensificados por ela. Mas isso não as impediu. Por todos os meios que puderam, as pessoas continuaram a reivindicar seus direitos. Elas exigiram liberdades democráticas. Elas procuraram assegurar seu sustento. Insistiram na igualdade. E ao afirmar que as coisas precisam mudar agora, elas trabalharam para proteger e realizar o futuro de todos.

Globalmente, a mobilização em massa que ocupou as manchetes foi o ressurgimento das demandas por justiça racial, organizando-se sob a bandeira do Black Lives Matter nos EUA e em todo o mundo, após o assassinato, em maio, de George Floyd por forças policiais. Os detalhes repugnantes do assassinato, a própria humilhação pública envolvida e o momento, quando se pedia às pessoas que aceitassem restrições e respeitassem aqueles que as faziam serem cumpridas, explodiram uma represa. Sem resistir, as pessoas foram às ruas para exigir o fim do racismo sistêmico e da brutalidade policial sob a qual muitas delas vivem há gerações. Em uma série de países, as pessoas desafiaram as tentativas de caracterizar o racismo sistêmico como sendo apenas um problema nos EUA, insistindo que ele era um flagelo em suas sociedades também, lançando o foco sobre o racismo em lugares tão diversos como Colômbia, Holanda e África do Sul, enquanto os asiático-americanos também protestaram contra a intensificação da violência e da discriminação contra eles sob a pandemia. A determinação de acabar com a brutalidade da polícia ressoou amplamente, encorajando as revoltas contra a violência policial, notadamente na Nigéria. O movimento expôs, em todo o mundo, padrões entrincheirados de exclusão e esforços de longo prazo para superá-los, e recrutou novos apoios para essas lutas.

Ao mesmo tempo, a ação continuou a concretizar os direitos de todos os grupos que experimentam a exclusão estrutural do tipo que se aprofundou durante a pandemia, mas que há muito a precedeu, incluindo mulheres e pessoas LGBTQI+, ganhando alguns avanços importantes. No Chile, compromissos de desenvolver uma nova constituição através de processos de democracia deliberativa, conquistados através de protestos de rua organizados, garantiram paridade de gênero e representação indígena. O aborto foi legalizado na Argentina. As relações entre pessoas do mesmo sexo foram descriminalizadas no Butão e no Gabão e o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi legalizado na Costa Rica, algo inédito na América Central. Em todos os lugares em que houve progresso, também houve uma reação antidireitos, mas a esperança de que tais forças pudessem ser colocadas em recuo aumentou nos EUA, onde as pessoas compareceram em



Uma ativista da Black Lives Matter lidera manifestantes em uma marcha em Nova Iorque, Estados Unidos, em 8 de agosto de 2020. Foto de Ira L. Black/Corbis via Getty Images

número recorde e superaram a repressão sistemática contra o eleitorado para expulsar um presidente racista e sexista.

Inúmeros protestos, frequentemente enfrentados com repressão brutal, foram provocados pelos duros impactos econômicos das medidas de isolamento e pelas falhas dos Estados em fornecer apoio adequado a muitas pessoas que não conseguiam atender suas necessidades básicas. As pessoas exigiram uma melhor governança quando foi revelado que políticos e oficiais tinham visto na pandemia não um dever de proteger as pessoas, mas sim uma oportunidade de enriquecimento pessoal e patrocínio, inclusive através da corrupção na aquisição de suprimentos médicos vitais, como ocorreu no Paraguai e no Zimbábue. Reunindo-se em grande número, as pessoas desafiaram com sucesso as tentativas dos Estados e de instituições financeiras internacionais de impor medidas de austeridade econômica neoliberal que cortavam os próprios serviços que as pessoas mais dependiam durante a pandemia, como visto na Guatemala. Agricultores saíram às ruas em número recorde na Índia para protestar contra a captura corporativa e o conluio das elites, desafiando o autoritarismo e forçando um governo intransigente a sentar à mesa de negociações. Uma maior exposição da grande corrupção na Rússia autoritária trouxe as pessoas para as ruas, onde foram recebidas com uma repressão contínua.

Mesmo em contextos altamente repressivos, em que represálias por dissidência poderiam ser letais, ou quando a detenção prolongada poderia ser quase garantida, as pessoas colocaram seus corpos em risco para se oporem ao poder abusivo e exigir liberdades democráticas. A desobediência civil corajosa do poder militar foi oferecida em Mianmar. Os sonhos de democracia e de ter líderes que realmente escutassem as pessoas foram adiados na Argélia, Belarus e Hong Kong, entre outros, mas as pessoas continuaram a demonstrar uma coragem extraordinária, tomando as ruas diante de grandes disparidades, mantendo vivas as esperanças de mudança.

Antes da pandemia, as grandes mobilizações climáticas de 2019 tinham dado origem à esperança de que 2020 entraria para a história como o ano do avanço do clima. Isso não ocorreu, e não restam muitos anos nos quais um avanço possa fazer a diferença, então as pessoas continuaram a se mobilizar quando e como puderam para manter a pressão para a ação climática, inclusive em protestos online e protestos com distanciamento e uso de máscaras. O trabalho de inúmeros movimentos populares ambientais, indígenas e de defesa dos direitos da terra para

defender os recursos locais e restringir a extração nociva continuou, muitas vezes mal reconhecido e frequentemente com riscos de perigo advindos de interesses poderosos. As pessoas insistiram que o futuro pós-pandêmico deve ser diferente e não pode ser construído com base em uma maior extração, mais emissões e a continuação de práticas insustentáveis que minam esse futuro.

Tais movimentos tiveram um impacto. Em numerosos países, os direitos de tornar as sociedades mais iguais foram consagrados em leis, e políticas impopulares foram revertidas. A ação da sociedade civil forçou a realização de uma nova eleição no Malauí, anulando um resultado roubado. Os protestos que se seguiram a uma eleição falha no Quirguistão forçaram a saída de um presidente. As vitórias conquistadas pela sociedade civil raramente foram completas; muitas não foram suficientemente longe ou abriram novas arenas de contestação, e poucas foram irreversíveis. Mas elas demonstraram como as mudanças podem vir mesmo depois de longas lutas. O movimento global pela justiça racial mostrou que o progresso é possível mesmo em problemas profundamente arraigados, afastando a conversa da discriminação e das atitudes individuais em direção a uma compreensão coletiva das forças sistêmicas em jogo. Ele conquistou algum reconhecimento político de alto nível de que o problema do racismo sistêmico existe, abriu um maior ajuste de contas com o colonialismo, não apenas como um legado histórico, mas como uma realidade contínua e traumatizante, e forçou muitas instituições que antes não tinham se engajado no problema – incluindo corporações gigantescas – a se comprometerem a melhorar seu comportamento. Os protestos forçaram o racismo a entrar nos assuntos a serem discutidos, da mesma forma que as mobilizações em massa o fizeram em nome da mudança climática no ano anterior. São pequenos turnos que devem fazer parte de mudanças maiores, mas que não teriam ocorrido sem que as pessoas tomassem medidas coletivas.

COMPROVANDO O PODER DA AÇÃO COLETIVA

Embora 2020 tenha sido um ano como nenhum outro, foi também parte de um quadro mais amplo. Para a 10ª edição do Relatório sobre o Estado da Sociedade Civil, olhamos para aproximadamente 10 anos atrás e identificamos 10 tendências claramente discerníveis que essa série de relatórios acompanhou (veja a seção especial deste sumário). Essas tendências-chave continuaram a ser observadas em 2020, moldando o curso da pandemia.



Manifestantes celebram fora do Congresso Nacional em Buenos Aires, Argentina, a legalização do aborto em 30 de dezembro de 2020. Foto de Marcelo Endelli/Getty Images

O que está claro durante esses 10 anos é que o poder dos movimentos de massa está sendo comprovado, e por diversas vezes. A história dos últimos 10 anos tem sido de protestos em larga escala, em todos os continentes habitados, uma vez que as pessoas se levantaram e desafiaram as tentativas de reprimi-las para insistir nos direitos humanos, nas liberdades democráticas e na igualdade, e exigir justiça de gênero, racial, econômica, social e ambiental. A história destes tempos é essencialmente a de um conflito poderoso entre as lutas dos movimentos populares e as forças de repressão, e embora tenha havido retrocessos, também houve momentos de sucesso.

Durante esse tempo, algo significativo aconteceu na composição das mobilizações. As pessoas estão afirmando suas identidades – como mulheres, como pessoas negras, como pessoas LGBTQI+, como povos indígenas e mais – desafiando sua falta de visibilidade, afirmando e celebrando suas vidas e exigindo direitos plenos e iguais. As mulheres estão buscando o fim da violência de gênero e do feminicídio, o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos e a igualdade no local de trabalho, mas elas também estão liderando lutas pela democracia; elas não estão desempenhando papéis de apoio tradicionalmente construídos como femininos, mas em vez disso são os rostos e as pensadoras dos movimentos de protesto.

Em todos os protestos, país após país, muitos dos que protestam são jovens, às vezes pessoas muito jovens que estão se mobilizando pela primeira vez. Os jovens se apropriaram da mudança climática para torná-la uma questão decisiva do nosso tempo. Ao lado das mudanças climáticas, problemas como o racismo sistêmico, economias desiguais e a negação da democracia estão entre as questões que motivam o ímpeto de protesto entre uma geração crescente que instintivamente as vê como questões de grande injustiça. Os jovens veem a enorme distância entre seus ideais sobre o que é justo e o que os Estados e as grandes empresas estão fazendo, e esse abismo os impulsiona para as ruas.

As pessoas estão afirmando suas identidades, mas ao mesmo tempo muitos movimentos de protesto estão mostrando uma profunda compreensão das conexões que ligam as lutas e fazendo a ponte entre as divisões sociais que durante muito tempo impediram que comunidades diferentes elaborassem demandas comuns, como visto em países com divisões de fé ou sectárias, como o Iraque e o Líbano. Os movimentos de protesto têm se tornado cada vez mais interseccionais: com base no reconhecimento de desigualdades e exclusões sobrepostas, eles estão exigindo os direitos dos múltiplos setores excluídos, como as pessoas trans negras,

certos de que todos serão livres somente quando os mais excluídos o forem. Está ficando claro que os movimentos são mais fortes e têm mais impacto quando são interseccionais e quando são liderados por mulheres, jovens e outros membros de grupos que estão desafiando sua exclusão.

Os jovens em particular, tendo se conectado através de fronteiras e identidades por meio da tecnologia social e móvel desde tenra idade, estão reproduzindo rotinas de rede abertas e plurais na vida real. Os movimentos de protesto contemporâneos são moldados como redes em vez de pirâmides, com uma multidão de líderes locais ativos. A “Revolução da Água” de Hong Kong pode ter sido reprimida, mas a metáfora do comportamento aquoso – sem forma, móvel, adaptável – se confirma.

O forte boicote das elites políticas e econômicas que têm interesse em negar a mudança é mais uma prova de que protestar funciona. Não é surpresa que muitas das restrições de espaço cívico que a CIVICUS documentou nos últimos anos tenham a ver com a repressão direta de protestos, através da violência das forças de segurança, detenções e proibições de manifestações públicas e repressão da expressão de dissidência e compartilhamento de informações – do tipo que faz com que as pessoas se mobilizem – através de censura, bloqueios e paralisações da internet e vigilância. As restrições aos protestos e a repressão à livre expressão não são duas tendências distintas; ao contrário, caminham lado a lado como parte da grande dinâmica de nosso tempo: a batalha entre pessoas que se unem em grande número para exigir mudanças e aquelas determinadas a detê-las. Aquelas que se interpõem no caminho da mudança têm muitas ferramentas de repressão à sua disposição, mas a sociedade civil tem o poder que vem dos números e a força de vontade das pessoas que lutam por suas vidas e por seu futuro.

OLHANDO ADIANTE: DESAFIOS

Depois de olhar para trás, é hora de olhar para frente. O mundo não está hoje onde muitos na sociedade civil teriam esperado há 10 anos. Embora tenha havido ganhos e perdas, de modo geral, as condições para a sociedade civil pioraram. Muitas pessoas em todo o mundo têm seus direitos negados. Muitas lutas continuam pendentes e muitos líderes de campanhas por mudança foram perdidos para a repressão ou presos. As instituições e práticas multilaterais foram enfraquecidas, e graves violações dos direitos humanos, crimes de guerra e crimes contra a humanidade muitas vezes ficam impunes. Dissipou-se a esperança de que as crescentes potências econômicas do Sul Global, como Brasil, Índia e África do

Sul, pudessem desempenhar um papel maior para o bem, tirando inspiração de suas histórias de luta pela democracia e pelos direitos humanos para apoiar os valores democráticos e capacitar a sociedade civil.

Algumas nuvens perturbadoras estão no horizonte próximo. O mundo ameaça tornar-se ainda mais desigual, dividido entre os que possuem e os que não possuem vacinas, uma vez que os países mais ricos inoculam suas populações, mas muitas pessoas nos países do Sul Global permanecem em risco. O potencial é que grandes partes do mundo fiquem presas a restrições de longo prazo às liberdades e a conflitos econômicos, mesmo enquanto os países do Norte Global se recuperam rapidamente. O perigo é o de um vírus deixado às soltas para sofrer mais mutações, tornando o mundo um lugar mais perigoso para todos.

Enquanto isso, os registros meteorológicos extremos continuam cambaleantes e os prazos para ação continuam a ser ultrapassados. Os compromissos dos governos de se tornarem neutros em carbono líquido até datas distantes podem oferecer importantes reconhecimentos simbólicos, mas a janela na qual a ação real pode fazer uma diferença genuína está se fechando rapidamente. A cúpula climática COP26, em novembro de 2021, deve ser o momento em que a maré começará a mudar. Isso só acontecerá se as vozes da sociedade civil forem ouvidas e atendidas. Caso contrário, as pessoas mais excluídas nos contextos mais pobres pagarão o preço mais alto.

Qualquer estratégia para defender direitos e ganhar mudanças progressivas também terá que levar em conta os papéis cada vez mais malignos que estão sendo desempenhados por poderosos Estados repressivos, notadamente a China e a Rússia, não apenas dentro de suas fronteiras, mas internacionalmente. Embora não estejam necessariamente alinhados – a China quer tornar seu modelo de desenvolvimento econômico livre de direitos do paradigma global, enquanto a Rússia deseja manter sua esfera de influência ao redor de suas fronteiras promovendo o caos e a desestabilização –, onde quer estejam, direitos ativos sofrem e os conflitos crescem. À medida que aumentam as esperanças de que os EUA assumam uma direção mais responsável de política externa, a China e a Rússia estão oferecendo uma reação negativa. Em 2020, eles testaram seus níveis de impunidade, confiando que aliados subservientes vinculados em relações de dependência econômica fariam vista grossa: a Rússia envenenou descaradamente um dissidente proeminente que ameaçou o poder presidencial e que, após ter sobrevivido, foi preso; a China apagou o status especial de Hong

Kong e transformou Xinjiang em um estado prisional. Se tais Estados continuarem escapando com ultrajes como estes, a questão sinistra é o que eles podem ser tentados a fazer a seguir.

Para ajudar a resolver alguns desses problemas, é mais do que nunca necessária uma cooperação internacional adequada e baseada em regras, fundada em fortes normas de direitos humanos. As ideias da sociedade civil – para reformar o Conselho de Segurança da ONU, ter um maior escrutínio e responsabilidade sobre as convenções de direitos humanos e desenvolver novas normas de direitos – precisam ser levadas adiante. É necessário um envolvimento mais democrático da sociedade civil nas instituições da ONU, como foi pedido novamente em 2020, para permitir isso. Um Comentário Geral desenvolvido em 2020 sobre o direito de reunião pacífica pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU, o órgão especializado encarregado de monitorar a implementação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, oferece um bom exemplo de cooperação entre instituições multilaterais, Estados e sociedade civil. Mais cooperação como essa é necessária.

OLHANDO ADIANTE: ESPERANÇAS PARA O FUTURO

Em todos os níveis, há uma necessidade de lutar contra os ataques aos direitos e defender as conquistas da sociedade civil. Mas há também a necessidade de continuar sonhando grande e visando alto. Globalmente, os movimentos que mudaram a agenda e a forma como as pessoas veem o mundo e seu papel nele não foram aqueles que timidamente buscaram reformas incrementais, mas aqueles que exigiram grandes mudanças – um fim à extração de combustíveis fósseis, o fim do financiamento estatal do racismo policial, revoluções políticas e novas constituições. Eles são um lembrete da necessidade de se ter ambição.

Olhando 10 anos adiante, deveria ser esperado que as pessoas vivam em sociedades mais inclusivas, justas e iguais: onde não sejam forçadas a viver com medo, na pobreza e insegurança e sejam livres simplesmente para serem elas mesmas; onde a mudança climática esteja sob controle; onde as economias funcionem para todos; onde as instituições políticas, nacionais e internacionais, estejam abertas à supervisão e as pessoas tenham múltiplas formas de expressar

suas preocupações; e onde os movimentos e as organizações populares sejam livres para agir. Estes não devem ser descartados como objetivos implausíveis. São aspirações fundamentadas nas experiências vividas pelas pessoas e na compreensão de seus problemas. Há pessoas suficientes que querem que tais mudanças aconteçam.

Para que exista a mudança, duas coisas devem ocorrer. Primeiro, as liberdades cívicas, incluindo o direito de reunião pacífica, devem ser defendidas e respeitadas, para que as pessoas possam se mobilizar em grande número para exigir mudanças. Olhando ainda mais para trás, todas as grandes transformações históricas, incluindo o direito das mulheres ao voto, a descolonização e a autodeterminação, as leis de igualdade racial e as declarações de emergência climática, só surgiram depois que as mobilizações em massa as instigaram a acontecer. E ainda assim, os próprios Estados em que essas mudanças foram conquistadas estão agora deslegitimando e suprimindo os protestos.

Os Estados mais democráticos precisam dar exemplos, mantendo uma linha fortemente permissiva de assembleia pacífica a nível interno e instando outros países a seguirem o exemplo em sua diplomacia bilateral e multilateral. As restrições temporárias impostas sob a pandemia devem ser revertidas na primeira oportunidade. O sistema internacional precisa fazer mais para manter as normas sobre o direito de protesto. As grandes empresas devem ser chamadas a prestar contas e ser atingidas no bolso sempre que estiverem ao lado de líderes autoritários sobre os movimentos populares. As pessoas precisam ser corajosas para protestar, mas não devem ter que fazê-lo correndo o risco de serem jogadas atrás das grades, ou de enfrentar violência brutal, até mesmo letal.

Em segundo lugar, são necessários mais números do que nunca para que os protestos se tornem esmagadores. As pessoas precisam sair e continuar protestando em massa. A lição dos últimos 10 anos é que nenhuma mudança vem sem ser exigida, e que números enormes podem fazer a diferença. Terminada uma pandemia que tornou muito mais difícil a mobilização das multidões, esperemos uma reação que seja uma efusão de pessoas se unindo: com alegria, para celebrar que ser humano é ser social; e com justiça, para insistir que o mundo deve ser melhor para todas as pessoas.

10 ANOS, 10 TENDÊNCIAS

Ao longo de 10 anos de publicação do Relatório sobre o Estado da Sociedade Civil anual, algumas tendências de ação da sociedade civil e outras, de longo prazo, que a afetam podem ser discernidas. Esses desenvolvimentos precederam os tempos atuais e afetaram a forma como a pandemia foi vivenciada e como as pessoas reagiram a ela. Eles moldarão nosso mundo pós-pandêmico e permanecerão sendo de relevância permanente. Olhando adiante, a sociedade civil enfrenta algumas questões-chave para responder a essas tendências e enfrentar o desafio de superar os muitos desenvolvimentos negativos dos últimos anos.

1. UMA REPRESSÃO CONTÍNUA DO ESPAÇO CÍVICO

O espaço para a sociedade civil promover direitos e buscar justiça social sempre foi contestado, mas nos últimos anos tem havido uma gama maior de Estados atacando a sociedade civil, incluindo Estados ostensivamente democráticos, juntamente com o surgimento de grupos antidireitos que se posicionam dentro da arena da sociedade civil, mas que atacam ações dessa mesma sociedade civil legítima e orientada para os direitos. Novas táticas de restrição se desenvolveram, incluindo o uso crescente de ataques on-line, censura, vigilância e leis de “notícias falsas”, enquanto protestos em muitos países têm enfrentado uma repressão brutal. Em resposta, a sociedade civil se tornou melhor na comunicação do problema, difundindo conscientização e trabalhando coletivamente, e desenvolveu estratégias de resiliência e solidariedade e apoio internacional.

O que mais a sociedade civil pode fazer agora para replicar e ganhar a disputa do espaço cívico nos níveis nacional e internacional? Que apoio adicional é necessário para fortalecer a resiliência da sociedade civil aos ataques?



As mulheres filipinas se mobilizam no Dia Internacional da Mulher, 8 de março de 2020, para exigir o respeito aos direitos humanos e o fim do regime repressivo do Presidente Rodrigo Duterte. Foto de Jes Aznar/Getty Images

2. A POLÍTICA EM FLUXO E A DEMOCRACIA EM RISCO

Em muitos contextos houve uma convulsão política e uma rejeição de normas em torno da condução da política e da democracia. Múltiplos presidentes reescreveram constituições para concorrer a mandatos adicionais e realizar eleições que não foram nem livres nem justas. O populismo de direita e o nacionalismo ressurgiram em muitos contextos, alimentados por políticos e grupos antidireitos que estão mobilizando desinformação e ódio para semear a divisão. Muitas pessoas estão abraçando posições mais extremas. Em meio à polarização, o debate fundamentado e a construção de consensos se tornaram mais difíceis. Isso resultou em ataques a ações da sociedade civil para promover direitos, defender a democracia e afirmar as devidas responsabilizações. Ao mesmo tempo, houve inovações na organização e mobilização, e o fluxo político viu surgir um novo quadro de líderes políticos jovens e feministas comprometidos com o diálogo, a justiça social e a ação climática.

Como a sociedade civil pode trabalhar com líderes progressistas emergentes? Como a sociedade civil pode liderar a luta contra o extremismo e promover um respeito renovado pelas normas democráticas, inclusive pela divergência e pelo diálogo entre as diferenças?

3. IMPACTOS DO ULTRACAPITALISMO

Muitos protestos recentes foram desencadeados pela exposição de grande corrupção, ameaças de cortes a serviços públicos essenciais e choques econômicos; mesmo aumentos aparentemente pequenos nos preços de bens básicos ofereceram pontos de ruptura para insurreições que articularam profundas demandas políticas e econômicas. As pessoas estão cada vez mais rejeitando um modelo econômico que promove lucros sempre crescentes e a mercantilização da arena pública em detrimento de direitos trabalhistas e proteções sociais e ambientais. A desigualdade econômica tornou-se cada vez mais acentuada e o emprego precário está sendo normalizado. As grandes empresas são uma fonte-chave de ataques ao espaço cívico e de violações dos direitos humanos, particularmente contra os defensores dos direitos ambientais, indígenas e da terra. Em resposta, a sociedade civil está trabalhando para modelar alternativas econômicas, fazer campanha pelos direitos trabalhistas e responsabilizar as grandes empresas.

Como a sociedade civil pode desenvolver melhor a educação econômica, falar mais a fundo sobre a raiva das pessoas no campo econômico e promover modelos econômicos mais justos e sustentáveis para a recuperação da pandemia?

4. A MUDANÇA CLIMÁTICA RECONHECIDA COMO UMA CRISE

Do Ártico à Austrália passando pela Amazônia, a sociedade civil soou o alarme sobre a mudança climática. Protestos em massa fizeram das demandas por ações climáticas uma questão central. Agora está claro que o clima está em crise e a ameaça é imediata, afetando a todos, mas impactando acentuadamente as pessoas mais excluídas. Em resposta às pressões dos protestos, muitas administrações declararam metas líquidas de carbono zero e fizeram declarações de emergência climática, e modelos como as assembleias de cidadãos sobre o clima mostraram algum potencial para fazer a diferença. Mas os líderes políticos e o setor privado não agirão na escala necessária sem que a sociedade civil mantenha a pressão. A necessidade não é de discurso vazio, mas de uma ação climática real que acabe com a dependência de combustíveis fósseis e respeite os ambientes naturais. O medo atual é de que os planos para reiniciar as economias na esteira da pandemia serão uma corrida por crescimento alimentada pelo carbono.

Como a sociedade civil pode manter a dinâmica do protesto climático, estar na vanguarda das soluções, tais como novos acordos verdes e assembleias climáticas, e integrar a ação climática em todo o nosso trabalho?

5. DESAFIANDO A EXCLUSÃO ESTRUTURAL E REIVINDICANDO A DIFERENÇA

Foram feitos progressos para desafiar a exclusão estrutural que limita os direitos e as oportunidades de tantas pessoas. As ações da sociedade civil, incluindo protestos, campanhas e litígios, lançaram luz sobre o racismo estrutural, o sexismo e a homofobia. Enquanto buscam a igualdade, muitos movimentos estão lutando pelo reconhecimento e a celebração da diversidade e da diferença, em vez de uma mera assimilação. Sucessivas ondas de protestos do

movimento Black Lives Matter reposicionaram o racismo, deixando claro que ele é um problema sistêmico embutido nas interações e instituições sociais. Os movimentos LGBTQI+ e pelos direitos das mulheres obtiveram ganhos no reconhecimento de seus direitos. Mas seus sucessos trouxeram um retrocesso antidireitos. Populistas e nacionalistas têm alimentado cada vez mais as guerras culturais, expondo os grupos excluídos a novas ameaças. As normas e convenções internacionais, inclusive sobre os direitos da mulher, estão sendo alvo de novos ataques.

Como a sociedade civil pode superar o boicote, passar do reconhecimento do problema à mudança real e, em nossas próprias práticas, ser interseccional e desafiar nossas atitudes e comportamentos que estão embutidos e reproduzem as desigualdades estruturais?

6. A ASCENSÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS E A ECONOMIA DA DESINFORMAÇÃO

O surgimento das mídias sociais criou novas oportunidades para a ação da sociedade civil, mas a persistência das separações digitais também ficou clara sob a pandemia. As plataformas de mídia social têm se mostrado terreno fértil para forças autoritárias e antidireitos. A desinformação, o discurso de ódio e as teorias da conspiração parecem apenas se intensificar. Eles são deliberadamente alimentados por Estados e grupos políticos para distorcer discursos e criar confusão e discórdia, interna e internacionalmente. Eles são usados para atacar a sociedade civil, grupos excluídos e qualquer um que defenda direitos. A capacidade viral de se espalhar e lucrar com a desinformação está ligada ao modelo de negócios das mídias sociais, que é projetado para impulsionar a compulsão, alimentando as pessoas com fluxos de conteúdo não verificado. O discurso político é agora dominado por plataformas projetadas para vender publicidade, e os gigantes da mídia social não têm interesse em dismantelar a lucrativa economia da desinformação.

Como a sociedade civil pode utilizar as mídias sociais para promover nosso trabalho sem ser cúmplice na economia da desinformação? Que plataformas alternativas poderiam ser utilizadas para melhorar a qualidade do discurso político?

7. OS ESTADOS EM SITUAÇÃO DE DESRESPEITO TORNAM SEUS MODELOS GLOBAIS

O papel global da China agora vai além da diplomacia de infraestrutura, através da qual ela usa vastos projetos e empréstimos para reter apoio. O Estado chinês se tornou um ator global-chave, assumindo cada vez mais um papel de linha de frente nas instituições multilaterais. Ao fazer isso, está afirmando uma nova norma de desenvolvimento, enfatizando o crescimento de mercado orientado pelo Estado, separando a democracia do desenvolvimento e reprimindo os direitos humanos. Ao mesmo tempo, a Rússia está promovendo a ruptura política em Estados que parecem atrapalhar o caminho das ambições de seu líder. Ambos estão usando seu poder econômico para limitar as críticas dos Estados subordinados, enquanto os líderes que querem desenvolvimento econômico sem democracia estão aproveitando o modelo da China. Mas a consciência global está crescendo sobre os pesados custos deste modelo em termos de direitos humanos, como visto na região de Xinjiang, e como refletido na generalizada resistência de base aos projetos de energia e infraestrutura chineses na América Latina.

Como a sociedade civil pode reafirmar as normas internacionais de direitos humanos diante da ascensão de Estados repressivos como a China e a Rússia, reconectar o desenvolvimento à democracia e capitalizar as preocupações crescentes sobre os impactos flagrantemente desses modelos políticos e econômicos nos direitos humanos?

8. MULTILATERALISMO SITIADO

A sociedade civil tem procurado aprofundar seu engajamento com o sistema internacional como uma arena-chave para estabelecer normas, exercer responsabilização e forjar soluções globais para problemas urgentes. Nos últimos 10 anos, a sociedade civil ajudou a moldar compromissos como o Acordo de Paris e as Metas de Desenvolvimento Sustentável e, desde então, tem trabalhado para responsabilizar os Estados por esses compromissos. A sociedade civil está usando as alavancas fornecidas pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU para examinar os registros de direitos humanos dos Estados e pressionar por um desempenho mais forte nessa seara. Mas as mudanças políticas internas

têm trazido repercussões multilaterais. Ao lado da China e da Rússia, os Estados que se voltaram para o autoritarismo estão afirmando uma soberania estreita e desafiando os papéis das instituições internacionais, inclusive através de retiradas, cortes de financiamento e enfraquecimento interno. O nacionalismo vacinal é a última manifestação de uma rejeição da cooperação internacional. O crescente papel do setor privado nas instituições internacionais está prejudicando ainda mais a credibilidade e dificultando a prestação de contas. E ainda assim, a necessidade vital das instituições internacionais de abordar problemas que cruzam fronteiras – crise climática, pandemia, conflitos – nunca foi tão clara.

Como a sociedade civil pode trabalhar em conjunto e capitalizar o reengajamento dos EUA na era pós-Trump para fazer um novo argumento a favor do multilateralismo e tornar as instituições da ONU mais democráticas e centradas nas pessoas?

9. A REALIDADE DO CONFLITO E DA MILITARIZAÇÃO

Para muitas pessoas – inclusive no Sahel, na Síria e no Iêmen – sua experiência dominante é a de conflito. Muitas crianças e jovens nunca souberam o que é viver em paz. Violações dos direitos humanos, perseguição a grupos excluídos e deslocamento de longo prazo são sua realidade cotidiana. O espaço para a ação humanitária tem sido atacado. As falhas de ação do sistema internacional, particularmente do Conselho de Segurança da ONU, tiveram consequências territoriais devastadoras. As indústrias militares subsidiadas pelo Estado estão promovendo o uso de armas de guerra e vigilância intrusiva, e os Estados estão adotando cada vez mais abordagens militarizadas e securitizadas para suprimir a dissidência, empregando armas pesadas e tecnologia de drones em contextos civis. Em contraste, a sociedade civil tem liderado esforços para construir uma paz inclusiva, envolver as comunidades afetadas nos processos de paz e desenvolver novas normas globais sobre o comércio de armas e as armas nucleares.

Como a sociedade civil pode ajudar a construir uma paz inclusiva e promover a norma de um mundo desmilitarizado?

10. PESSOAS RECÉM-MOBILIZADAS E NOVAS FORMAS DE SOCIEDADE CIVIL

Por diversas vezes, a sociedade civil definiu aquilo que deveria ser discutido e lidado. Protestos em massa e campanhas on-line mobilizaram a criatividade para capturar imaginações e gerar manchetes. Movimentos por justiça racial, direitos das mulheres e das pessoas LGBTQI+ e ação climática mudaram discursos e percepções a uma velocidade incrível. O poder do protesto tornou-se aparente enquanto uma onda de mobilizações de massa desafiou e por vezes mudou governos. Muitos dos movimentos de hoje se concentram em uma nova geração de pessoas criando suas próprias estruturas de participação e ativismo. Muitos jovens estão participando pela primeira vez, muitas mulheres estão assumindo papéis de liderança e muitas pessoas de grupos excluídos estão afirmando o valor de suas visões de mundo. Essas pessoas são a raia da sociedade civil, desafiando antigas suposições sobre o que ela é e como funciona.

Que potencial existe para renovar a sociedade civil? Como os modelos e as abordagens convencionais da sociedade civil precisam mudar e como os grupos estabelecidos da sociedade civil podem se conectar com a energia dos protestos, nutrir jornadas de participação e ajudar a mobilização a obter impacto?



Marcha climática em Joanesburgo, África do Sul, setembro de 2019. Foto de Amal Atrakouti

CRÉDITOS

ENTREVISTAS

- Lina Abou Habib, ativista feminista, “Lebanon: This crisis should be handled with a feminist vision ↗”, 23 de setembro de 2020
- Ulugbek Azimov, Fundação Prosperidade Legal, “Kyrgyzstan: The citizens’ choice in the referendum will be decisive for our future ↗”, 29 de março de 2021
- Rafael Barrio de Mendoza, Grupo Propuesta Ciudadana, “Perú: El debate constitucional ha adquirido una nueva relevancia a partir de las protestas ↗”, 20 de janeiro de 2021
- María Emilia Berazategui, Transparência Internacional, “G20: Civil society is treated as a second-class partner; its recommendations often go unheard ↗”, 27 de fevereiro de 2020
- Carlos Berríos Solórzano, Red Juvenil Centroamericana, “Costa Rica: Las protestas pusieron en evidencia problemas estructurales irresueltos ↗”, 27 de janeiro de 2021
- Keith Best, Movimento Federalista Mundial - Instituto para Políticas Globais, “UN75: Civil society needs to be the conscience of the global community ↗”, 1 de outubro de 2020
- Yael Bromberg, Andrew Goodman Foundation, “United States: The 2020 election is a political and moral mandate against fascism ↗”, 16 de dezembro de 2020
- Hamilk Chahin, Manifiesto Ciudadano e Addys Then Marte, Alianza ONG, “República Dominicana: Puede que tengamos por delante una época de cambios positivos ↗”, 4 de agosto de 2020
- Gala Díaz Langou, Centro de Implementação de Políticas Públicas para a Igualdade e o Crescimento, “COVID-19: Necesitamos políticas públicas que reduzcan y redistribuyan el trabajo de cuidado no remunerado ↗”, 12 de agosto de 2020
- Leonid Drabkin, OVD-Info, “Russia: Human rights activism can be expected to increase in reaction to repression ↗”, 25 de novembro de 2020
- Herman Duarte, Fundación Igualitxs, “Costa Rica: Logrado el cambio legal, la política pública debe continuar enfocándose en la exclusión estructural ↗”, 30 de junho de 2020
- Elif Ege, Mor Çatı, “Turkey: If we withdraw from Istanbul Convention, it means we don’t believe in gender equality ↗”, 10 de agosto de 2020
- Andrea Garreffa, Movimento das Sardinhas, “Italy: The Sardines movement is all about building self-confidence in the progressive side of politics ↗”, 3 de novembro de 2020
- Marcela Guillibrand, Red de Voluntarios de Chile, “Chile: Este histórico momento constituyente es un logro de la ciudadanía ↗”, 4 de setembro de 2020
- María Alicia Gutiérrez, Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito, “Ahora que estamos juntas, ahora que sí nos ven: El debate por la Ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo en Argentina ↗”
- Pakou Hang, VoteRunLead, “#Beijing25: More women in public office translates into better government and a more robust democracy ↗”, 17 de dezembro de 2020
- Daniel Högsta, Campanha Internacional para Abolir as Armas Nucleares, “All governments agree – at least nominally - that a world without nuclear weapons is a desirable goal; it’s time to hold them to their words ↗”, 27 de outubro de 2017
- Michael Kaiyatsa, Centro de Direitos Humanos e Reabilitação, “Malawi: Civil society expects new government to place rights at the top of its agenda ↗”, 5 de agosto de 2020
- Ramy Khouili, Associação Tunisina de Mulheres Democráticas, “Tunisia: The official response has failed to consider the gendered aspects of the pandemic ↗”, 1 de julho de 2020
- Krisztina Kolos Orbán, Associação Transgênero Transvanilla, “Hungary: Trans people are having our rights being taken away ↗”, 3 de julho de 2020

- Piyanut Kotsan, Anistia Internacional da Tailândia, “Thailand: Young people question the government abusing their rights and compromising their future”, 1 de março de 2021
- Viviana Krsticevic, Centro por la Justicia y el Derecho Internacional, “#Beijing25: We are outraged at discrimination and are turning our claims into action”, 23 de agosto de 2020
- Bo Kyi, Associação de Assistência aos Prisioneiros Políticos, “Myanmar: If this coup is not overturned, there will be many more political prisoners”, 10 de fevereiro de 2021
- Cristian León, Asuntos del Sur, “Bolivia: La pandemia se convirtió en un justificativo para estrechar el control informacional”, 10 de agosto de 2020
- Elena Lorac, Reconoci.do, “República Dominicana: Somos parte de un movimiento antirracista global”, 13 de agosto de 2020
- Jojo Mehta, Stop Ecocide, “Ecocide: Perpetrators of environmental destruction should be prosecuted just like war criminals are”, 22 de fevereiro de 2021
- Hayat Mirshad, Reunião Democrática de Mulheres Libanesas, “Lebanon: Change begins by handing over the mic to grassroots feminist organisations”, 17 de junho de 2020
- Sandra Morán Reyes, ativista dos direitos das mulheres e LGBTQI+, “Guatemala: Las manifestaciones reflejan tanto la organización social como la autonomía ciudadana”, 15 de janeiro de 2021
- Mohammed Ndifuna, Justice Access Point-Uganda, “Uganda: No candidate can possibly win the election without young people’s votes”, 13 de novembro de 2020
- Laura O’Brien, Access Now, “#UN75: Moving forward, the UN should continue to provide access through accessible virtual platforms”, 19 de janeiro de 2021
- Nelson Olanipekun, Citizens’ Gavel, “Nigeria: The global anti-racist protests renewed the call for police accountability”, 2 de setembro de 2020
- Marcos Orellana, Human Rights Watch, “Escazú: A milestone on the road to ending Latin America’s environmental conflicts”, 12 de fevereiro de 2019
- Leteris Papagiannakis, Solidarity Now, “Greece: We need a change in narratives as well as in policies towards migration”, 17 de fevereiro de 2021
- Adrian Pereira, Iniciativa Norte-Sul, “Malaysia: Migrants are amongst the first to be victimised and discriminated during the pandemic”, 27 de abril de 2020
- Brankica Petković, Instituto da Paz, “Slovenia: The government has taken advantage of the pandemic to restrict protest”, 26 de fevereiro de 2021
- Patrick Poon, pesquisador independente de direitos humanos, “Hong Kong: The National Security Law infringes on freedom of expression and is intensifying self-censorship”, 27 de agosto de 2020
- María Rachid, Federación Argentina LGBT, “Argentina: El cambio cultural habilitó el cambio legal, y el cambio legal profundizó el cambio cultural”, 30 de outubro de 2020
- Aparajita Sangita, ativista de direitos humanos, “Bangladesh: To address rape we need a thorough reform of the legal system”, 5 de março de 2021
- Brian Schapira, Centro para la Apertura y el Desarrollo de América Latina, “Naciones Unidas: Al sistema de derechos humanos existente hay que criticarlo sin dejar de defenderlo”, 16 de fevereiro de 2021
- Mrinal Sharma, Anistia Internacional Índia, “India: CSOs that dare speak truth to power are attacked with politically motivated charges”, 23 de fevereiro de 2021
- Ethan Hee-Seok Shin, Grupo de Trabalho sobre Justiça Transitória, “South Korea: North Korean defectors and activists face increasing pressure to stay silent”, 6 de novembro de 2020
- Klementyna Suchanow, Greve da Mulher Polonesa, “Poland: We invented new forms of protest because we had to”, 1 de setembro de 2020
- Małgorzata Szuleka, Helsinki Foundation for Human Rights, “Poland: The crisis of democracy and human rights will deepen”, 15 de setembro de 2020
- Ivana Teofilović, Civic Initiatives, “Serbia: The political crisis will deepen as a large number of people lack representation”, 8 de setembro de 2020
- Maya Thomas-Davis, Centro Jurídico Lesvos AMKE, “Migrants rights: Europe instrumentalises human suffering to deter migration”, 4 de março de 2021
- Lyric Thompson, International Center for Research on Women, “#Beijing25: All efforts towards gender equality must be built upon intersectionality and power-shifting”, 4 de dezembro de 2020

- Sandun Thudugala, Law and Society Trust, “Sri Lanka: Media control gave the government a definite advantage”, 18 de agosto de 2020
- Bertha Tobias, ativista dos direitos das mulheres, “Namibia: Protests against gender-based violence were triggered by collective hope”, 26 de janeiro de 2021
- Amali Tower, Climate Refugees, “COVID-19: Refugees paid a heavier price during a crisis that many believed impacted on us all equally”, 14 de agosto de 2020
- Asya Tulesova, defensora do meio ambiente e dos direitos civis, “Kazakhstan: The quarantine became a sort of cover for the government to persecute civil society”, 22 de setembro de 2020
- Jolovan Wham, ativista de direitos civis, “Singapore: Opposition parties were given unfavourable coverage by the state media and had difficulty accessing voters”, 27 de julho de 2020
- Ativista anônimo, “Burundi: The election of new leaders is not synonymous with democracy”, 19 de agosto de 2020
- Representante internacional anônimo de OSC, “#UN75: The COVID-19 pandemic showed that multilateral institutions are essential”, 11 de setembro de 2020

PARTICIPANTES DOS WEBINARS

“NÓS, OS POVOS...”: REIMAGINDO A GOVERNANÇA GLOBAL NA VÉSPERA DO 75º ANIVERSÁRIO DA ONU, 14 DE SETEMBRO DE 2020

Layan Al-Dani, Access Center for Human Rights, Líbano; Yolette Etienne, ActionAid, Haiti; Memory Kachambwa, Femnet, Quênia; Beverly Longid, Civil Society Partnership, Filipinas; Annie Namala, Centre for Social Equity and Inclusion, Índia; Alessandra Nilo, Gestos, Brasil; John Romano, TAP Network, EUA; Natalie Samarasinghe, Nações Unidas; Daniela Vancic, Democracy International, Alemanha; Fergus Watt, Coalition for the UN We Need, Canadá

O ESTADO DA DEMOCRACIA: ELEIÇÕES SOB A PANDEMIA, 24 DE NOVEMBRO DE 2020

Kanni Abdoulaye, Coalizão de Defensores dos Direitos Humanos Níger; Julie Haggie, Transparency International New Zealand; Nikolai Kvantaliani, New Group Association, Belarus; Onesmo Olungurumwa, Coligação de Defensores dos Direitos Humanos da Tanzânia; Michel Pierre, Citizens Engagement Platform Seychelles; Ely Quiroz, Centro de Estudios y Apoyo al Desarrollo Local, Bolívia; Maja Stojanović, Civic Initiatives, Sérvia; Anne Tolley, ex-deputada do Partido Nacional, Nova Zelândia; Sandra Urquiza, Carter Center, EUA

DESAFIANDO A EXCLUSÃO E REIVINDICANDO DIREITOS, 3 DE DEZEMBRO DE 2020

Carolina Carrera, Humanas-Centro Regional de Derechos Humanos y Justicia de Género, Chile; Terry Bellamak, Abortion Law Reform Association of New Zealand; Olimpia Castillo, Asociación Civil Comunicación y Educación Ambiental, México; Fahima Hashim, ativista dos direitos da mulher, Sudão; Yasmin Ullah, ativista dos direitos humanos Rohingya, Canadá; Laura Valenciano Arrieta, Asociación Ciudadana ACCEDER-Acciones estratégicas por los Derechos Humanos, Costa Rica

DESAFIANDO O RACISMO SISTÊMICO: #BLM NOS EUA E ALÉM, 2 DE FEVEREIRO DE 2021

Sheila de Carvalho, Coalizão Negra, Brasil; Kelsey M, Community Action on Prison Expansion, Reino Unido; David Murillo, Dejusticia, Colômbia; Axolile Notywala, ativista de direitos humanos, África do Sul; Israel Ogunseye Oladipupo, #EndSARS, Nigéria; Kim M Reynolds, Our Data Bodies, EUA e Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul.

CONECTE-SE CONOSCO



civicus.org



info@civicus.org



[/CIVICUS](https://www.facebook.com/CIVICUS)



[@CIVICUSalliance](https://twitter.com/CIVICUSalliance)

OFICINA CENTRAL

25 Owl Street, 6º andar
Joanesburgo 2092
África do Sul
Tel: +27 (0)11 833 5959
Fax: +27 (0)11 833 7997

CENTRO ONU: NOVA YORK

205 E 42nd St, 7º andar
Nova York, Nova York
Estados Unidos
10017

CENTRO ONU: GENEVRA

11 Avenue de la Paix
Genebra CH-1202
Suíça
Tel: +41 (0)22 733 3435